



OAB pede reabertura do inquérito do atentado que sofreu há 30 anos

O presidente da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil, Wadih Damous, pediu a reabertura do inquérito que investigou o atentado a bomba contra a sede da entidade, que matou a secretária Lyda Monteiro da Silva, há 30 anos. Os autores do atentado nunca foram identificados.

“Quem ordenou? Quem executou? Onde se encontram esses funcionários de um dos aparatos da administração pública brasileira?”, questionou o presidente da OAB do Rio de Janeiro. Wadih afirmou que pedir a reabertura das investigações é um dever da OAB, que “jamais deixou de cumprir com os seus deveres”. Disse também que espera “que o Judiciário cumpra com o seu, apure as responsabilidades e puna os culpados”.

O pedido de reabertura das investigações feito pelo presidente da OAB fluminense foi motivado por reportagem de Chico Otavio, publicada nesta sexta-feira no jornal *O Globo*. O repórter informa que militares ligados ao setor de informações do Exército revelaram novos indícios sobre o elo entre o atentado contra a OAB, em 1980, e a bomba do Rio Centro, em 1981.

A reportagem revela também que o extinto Serviço Nacional de Informações agiu ostensivamente para atrapalhar as investigações. De acordo com o texto, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu dentro do carro que explodiu com a bomba no Rio Centro foi visto, meses antes, em frente ao túmulo de Dona Lyda Monteiro.

Um coronel da reserva ouvido pelo jornal afirmou que o sargento participou dos dois atentados e fazia parte de um grupo extremista que atuava contra a abertura democrática do país. Em seu discurso, Wadih Damous afirmou que, na época, “forças da extrema direita, ligadas aos porões do DOI-CODI, se opunham ao processo de democratização”. Segundo ele, “avesso a debates, esse segmento obscuro tinha no terror das bombas a forma acabada de sua manifestação de descontentamento”.

Carta-bomba

O atentado contra a Ordem dos Advogados aconteceu às 13h40 do dia 27 de agosto de 1980. Lyda Monteiro da Silva, de 59 anos, secretária da entidade, abriu uma correspondência endereçada ao presidente da OAB, o advogado Eduardo Seabra Fagundes, a carta explodiu e ela morreu. O alvo da carta bomba, certamente, não era a secretária.

O advogado Sepúlveda Pertence — que voltou à profissão há pouco mais de dois anos depois de passar 19 como ministro do Supremo Tribunal Federal — estava no exercício da presidência do Conselho Federal da OAB, que à época ficava na Avenida Marechal Câmara, 210, 6º andar, centro do Rio de Janeiro. Depois de almoçar com amigos, Pertence ia a pé à sede da Ordem quando, a um quarteirão de distância, notou a agitação que tomava conta do local.

O advogado ainda viu a secretária ser removida de sua sala e levada do local. Dona Lyda morreu antes de chegar ao hospital, depois de 44 anos de serviços prestados à entidade dos advogados. Logo após o atentado, a OAB criou sua Comissão de Direitos Humanos.



Pertence já declarou que a entidade não atribuiu o crime ao governo, mas “à época ficou muito claro que o regime militar perdera o controle sobre os seus porões e bolsões, não apenas na repressão violenta aos opositores armados, mas também em relação à sociedade civil, o que viria chegar ao auge com o atentado, felizmente frustrado, ao Rio Centro, no ano seguinte”.

Cerca de seis mil pessoas participaram do funeral de Dona Lyda Monteiro, em protesto ao atentado, a despeito da posição da família que não desejava ver o cortejo transformado em manifestação política. Sepúlveda Pertence acredita que a partir do atentado a sociedade civil tomou mais conhecimento dos crimes perpetrados por grupos extremistas de direita e a luta pela volta da democracia acabou por se fortalecer.

Os discursos do ato que marca a passagem dos 30 anos do atentado começam exatamente às 13h40, horário em que a bomba explodiu, desta sexta-feira (27/8). Em seguida, será descerrada uma placa em homenagem à secretária Lyda Monteiro.

Leia o discurso de Wadiah Damous:

HÁ 30 ANOS UMA BOMBA EXPLODIU NA OAB MATANDO A SECRETÁRIA LYDA MONTEIRO – ATÉ QUANDO ESTE CRIME PERMANECERÁ IMPUNE?

Às 13:40h de um dia como outro qualquer, uma secretária de uma entidade de classe abre uma carta, expediente destinado ao seu Chefe, o Presidente da entidade. Um expediente mezinheiro, desses que por suas mãos já deveriam ter passado aos borbotões, talvez centenas ou quiçá milhares, comum à rotina do cargo. E o que de excepcional poderia acontecer na execução de procedimento tão banal? Que destinos poderiam ser afetados, que significados mais elevados poderiam advir do simples gesto de se abrir uma correspondência? Absolutamente nada haveria a ser dito a respeito, desde que aquele ato tão prosaico não tivesse sido praticado por Dona Lyda Monteiro, secretária do Presidente do Conselho Federal da OAB – naquela época sediado no Rio de Janeiro – Eduardo Seabra Fagundes, às 13:40h do dia 27 de agosto de 1980. Desde que o trivial não tivesse sido levado a efeito aqui nesta Casa, quartel general dos que combatiam ferrenhamente a ditadura militar, dos que pugnavam pelo estabelecimento do Estado Democrático de Direito, dos que denunciavam torturas, desaparecimentos, dos que queriam a Anistia ampla e irrestrita, dos que jamais sossehariam – e não sossegamos – enquanto a verdade sobre os descabros ocorridos nos anos de chumbo não fosse plenamente conhecida e divulgada para toda a sociedade.

Naquele tempo, em que não só as secretárias, mas um vasto contingente de profissionais, desde a classe operária e os liberais, passando pelos estudantes, intelectuais e artistas, não tinha liberdade de expressão, de opinião, de livre manifestação, forças da extrema direita, ligadas aos porões do DOI-CODI, se opunham ao processo de democratização levado às ruas pelos movimentos populares e a sociedade organizada. Avesso a debates, esse segmento obscuro tinha no terror das bombas a forma acabada de sua manifestação de descontentamento. “*Era moda aquele negócio de bomba em banca de jornal*”, afirmou recentemente, de forma candida e descarada, um dos generais da ditadura. Não só nas bancas. A moda se estendeu até a OAB, à ABI, ao Riocentro.... onde houvesse manifestação contrária ao regime opressor que durante décadas amordaçara nosso povo, ceifando vidas nas câmaras de torturas, nos combates forjados para dissimular assassinios, exilando patriotas, lá estavam eles, os verdadeiros terroristas, emissários de um regime que agonizava mas que podia contar com o maior dos trunfos de



que o transgressor pode se valer: **A IMPUNIDADE!**

Para nós, advogados, a consequência particular daquele modismo sordidamente mencionado pelo general foi a bomba que vitimou Dona Lyda Monteiro. Eram 13:40h do que poderia ter sido mais um dia normal de trabalho, mas a explosão proporcionada por uma carta bomba encerrou uma vida de inúmeras possibilidades. Artefato sofisticado, elaborado por conhecedores desse tipo de mecanismo, teve o elementar objetivo de frear o processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, cansada àquela altura das décadas de arbítrio e repressão a que fora submetida. Pretendiam eles, os agentes dos porões hoje nominalmente conhecidos, amedrontar, esvaziar os movimentos sociais cada vez mais aguerridos, assegurar o poder aos que dele tiveram profundo manejo durante os anos mais sanguinários da ditadura. Pensavam, certamente, como nos versos do saudoso Mario Lago, inesquecível combatente das causas de nosso povo, que *o o homem sonha e faz seu sonho se a bomba quiser*. Mas da poesia, conheciam apenas uma estrofe e não imaginavam que *o homem vai fazer seu sonho porque a gente quer*. E nós, que somos os advogados brasileiros e mais a sociedade toda, quisemos!

Eram 13:40h de uma quarta-feira no longínquo agosto de 1980. Um estrondo foi ouvido no país inteiro. A Ordem dos Advogados do Brasil fora atacada pela bomba do terror para que se calasse, para que deixasse de lado a busca pela verdade, as explicações para os desaparecimentos, a punição aos torturadores, a anistia aos perseguidos, a reparação aos prejudicados. Mas a OAB não se calou. Efeito contrário ao pretendido, as forças da advocacia se redobram e a cobrança pela imediata apuração foi amplamente exigida. No mesmo passo, intensificou-se a luta para apressar o fim da ditadura e a implantação do Estado Democrático de Direito. Infelizmente, nem tudo foi conseguido. Outras bombas explodiram, sendo a mais notável aquela detonada no colo do sargento Rosário ou agente Wagner, no episódio do Riocentro em maio de 1981. Este mesmo sargento Rosário, hoje sabemos, foi avistado por parentes de Dona Lyda em seu túmulo – expiando culpas? – em dezembro daquele mesmo ano de 1980, constituindo-se em elo fundamental para que tudo, ainda que tardiamente, seja esclarecido.



Infelizmente, como acentuei, nem tudo foi conseguido. Aquela bomba, detonada às 13:40h do dia 27 de agosto de 1980, ainda ecoa até hoje e seus estilhaços nos atigem e incomodam. Seu estrondo nos sacode a cada dia em que esse crime bárbaro, esse ato de terror praticado por agentes dos órgãos de repressão vinculados ao aparato do DOI-Codi, não for completamente esclarecido. Quem ordenou? Quem executou? Onde se encontram esses funcionários de um dos aparatos da administração pública brasileira? Não podemos mais conviver sob o signo dessa conveniente ignorância. Passados 30 anos, nossas instituições democráticas sólidas, conquistadas pela luta do povo e dos democratas, com a contribuição inestimável dos advogados brasileiros liderados por sua OAB, nos permitem conhecer a verdade sobre aqueles anos terríveis, nomeando à autoria os que cometeram crimes de lesa humanidade. Exatamente hoje, uma matéria corajosa do jornal *O Globo* traz à luz importantíssimas e novas informações sobre o atentado à nossa OAB, delineando a rede de ligações entre os vários agentes da repressão cognominados “Wagner”, “Guarani”, “Doutor Diogo”, todos de nomes e patentes conhecidos, e seus superiores, Coronéis Perdigão e Ary Pereira de Carvalho, figuras carimbadas das listas de notórios torturadores, e sem os quais certamente nada fariam. O que falta, então, para que a verdade prevaleça e as punições aconteçam? Com base nessas novas informações, anuncio que pediremos a reabertura do inquérito. É nosso dever e a Ordem dos Advogados do Brasil jamais deixou de cumprir com os seus deveres. Espero que o Judiciário cumpra com o seu, apure as responsabilidades e puna os culpados.

Às 13:40h de todos os dias, de todos os meses, de todos os anos uma bomba explodirá em nossas consciências democráticas até que o crime que vitimou Dna. Lyda Monteiro, o atentado que pretendeu refrear a democratização do país, seja plenamente esclarecido e a sua autoria desvendada. E quando esse dia chegar, as placas, as fotografias na parede em homenagem à Dna Lyda Monteiro deixarão de doer, como a Itabira de Drummond. Serão, isto sim, símbolos de um país que pagou caro o preço da liberdade, mas não se acovardou nem esmoreceu diante do terror, dando ao futuro o exemplo de sua determinação democrática.

Leia o discurso de Ophir Cavalcante:

Senhoras e Senhores,

Estamos aqui prestando homenagem à memória de Dona Lyda Monteiro, e inevitável se torna lembrar os que tombaram por resistir ao arbítrio que por vinte anos, a partir de 1964, manchou a história de nosso País.

Homenageia-se uma cidadã cuja arma era tão-somente seu laborioso trabalho junto a uma instituição comprometida com a democracia e a liberdade, o Direito e a Justiça, ansiosamente reivindicados pela sociedade.

Homenageia-se uma cidadã vítima do terror que se opunha a estes princípios. Vítima da covardia, afinal. Pois de que forma podemos classificar essa violência. Covardes. Um milhão de vezes covardes!

Este ato, se de um lado expressa nossa repulsa a qualquer regime de exceção, seja em nome do que for, de outro nos obriga a lembrar, a lembrar sempre o que não podemos permitir de novo.



Se houve algum sentido em toda aquela loucura patrocinada pelo Estado – estudada, debatida, exaustivamente interpretada, mas, ainda assim, e para sempre, "loucura de Estado" – que seja este o sentido: de estarmos reunidos neste local para dizermos em alto e bom som: nunca mais!

Porque a violência perpetrada contra a Ordem dos Advogados do Brasil, vitimando Dona Lyda Monteiro, não foi, como querem alguns, produto dos excessos de setores do regime, nem das bestas-feras que saíam dos porões fora de controle de seus comandantes. Não. O terror que matou Dona Lyda era produto do andar de cima, das altas esferas do poder – que tramavam não perder este poder.

Não foram dos porões, mas de gabinetes refrigerados, que saíram a carta-bomba contra a OAB, em 1980, e os sabotadores do Riocentro, em 1981. Só que neste último caso a bomba explodiu antes da hora no colo de um sargento do Exército. Um capitão do DOI-CODI, que sobreviveu, virou professor do Colégio Militar de Brasília. Terror e impunidade de Estado.

O Tribunal de Nuremberg, instalado para julgar as atrocidades do regime nazista, foi a solução que o mundo encontrou logo após a Segunda Grande Guerra para impedir que razões políticas de Estado se sobreponham a todas as demais questões, sobretudo de natureza humana.

Um presidente general daquela época, antes de morrer, admitiu publicamente que a tortura de presos políticos fora um recurso adotado para livrar o Estado do perigo que o ameaçava. Podia ser indecente, mas os outros faziam o mesmo, se vencessem, disse ele. Razões de Estado, portanto.

Não tivemos, até hoje, ninguém acusado, processado e punido por essas indecências. A bomba que matou Dona Lyda, as torturas – estas, sim, praticadas nos porões, mas com ordens dos indecentes encastelados nos andares de cima -, nada disto culminou em um ato de justiça.

Os crimes que o mundo inteiro consagrou como "crimes contra a Humanidade", violações gravíssimas aos Direitos Humanos, entre nós resumiram-se a referências no calendário, como se do mapa da "Humanidade" não existisse um Brasil decente.

Neste dia, nesta hora, uma bomba explodiu na Ordem dos Advogados. Uma cidadã brasileira morreu. Em vão?

Convém lembrar, sim.

Porque é a impunidade a mãe da violência. A violência que estoura a todo instante nas ruas e no campo. Mesmo sendo o Brasil signatário de convenções e tratados internacionais contra a tortura, e tenha incorporado em seu ordenamento jurídico lei tipificando esse crime, ele continua a ocorrer em larga escala, conforme tem sido demonstrado por instituições públicas e organizações não-governamentais de direitos humanos nacionais e internacionais.

Mesmo depois de vigência de lei tipificando o crime de tortura, não se conhece nenhum caso de condenação de torturadores julgada em última instância, embora tenham sido registrados centenas de casos, além de numerosos outros presumíveis, mas não registrados.



O perverso em tudo isto é reconhecer que prevalece a impunidade dos criminosos. Estatísticas citadas pela imprensa indicam que cerca de 15 mil policiais – representando 3% do efetivo das forças policiais em todo o Brasil – são acusados de homicídio ou graves lesões a cidadãos.

Segundo a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, citada em trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, de 121 denúncias de tortura e espancamento recebidas durante um ano, 80 converteram-se em inquéritos, envolvendo cerca de 200 policiais.

Dessas denúncias, 67 referiam-se a torturas cometidas dentro de delegacias da Polícia Civil, responsáveis pela investigação. Os outros 54 casos tinham como acusados policiais militares, que fazem o policiamento ostensivo e preventivo. Isso demonstra que ocorrem mais agressões por policiais quando esses têm dominados os agredidos do que no enfrentamento com eles.

Ecos da carta-bomba.

Num único ano, 2003, segundo dados do Ministério da Saúde, foram vítimas da violência no Brasil uma população de 51 mil pessoas. Sete mil a menos do que o mesmo número de perdas dos Estados Unidos ao longo dos 16 anos da Guerra do Vietnã.

Não. Não terá sido em vão.

Dona Lyda, mulher, mãe, trabalhadora, continua entre nós como símbolo de resistência. Resistir é um ato de coragem. Resistir para não desistir: de amar, de ser feliz, de sonhar. Sonhar um Brasil mais justo, um Brasil mais igual, um Brasil mais fraterno, sem violência, sem impunidade, sem terror.

Neste dia e local, a Ordem dos Advogados do Brasil, ao tempo em que volta a proclamar seu ideário de luta e resistência a todas as formas de arbítrio, exige a total abertura dos arquivos da ditadura e que se rasgue o vergonhoso véu da impunidade.

Não terá sido em vão que tantos deram suas vidas pela causa da liberdade. Só conhecendo completamente os erros e contradições do passado podemos construir um futuro melhor. Pois a história, nos ensina o revolucionário poeta, é um profeta com o olhar voltado para trás. Pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.

Muito obrigado.

Date Created

27/08/2010